



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
COLEGIADO DE LETRAS – LÍNGUA INGLESA E LITERATURAS**

**LEILA BASTOS DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA ALUNOS  
AUTISTAS EM ESCOLAS REGULARES.**

Santo Antônio de Jesus  
2022

**LEILA BASTOS DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA ALUNOS  
AUTISTAS EM ESCOLAS REGULARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, Língua Inglesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia, Campus V como pré-requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Inglesa e Literaturas.

Orientadora: Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Mariano

Santo Antônio de Jesus  
2022

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S237e Santos, Leila Bastos dos

Educação Inclusiva: O Ensino de Língua Inglesa para Alunos Autistas em Escolas Regulares / Leila Bastos dos Santos. - Santo Antônio de Jesus, 2022.

41 fls.

Orientador(a): Profª Dra. Luciana Vieira Mariano. Inclui Referências

TCC (Graduação - Letras - Língua Inglesa e Respectivas Literaturas) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2022.

1.Educação inclusiva. 2.Língua Inglesa. 3.Transtorno do Espectro Autista.

CDD: 407

**LEILA BASTOS DOS SANTOS**

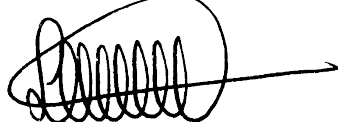
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA ALUNOS  
AUTISTAS EM ESCOLAS REGULARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, Língua Inglesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia, Campus V como pré-requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Inglesa e Literaturas.

Orientadora: Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Mariano

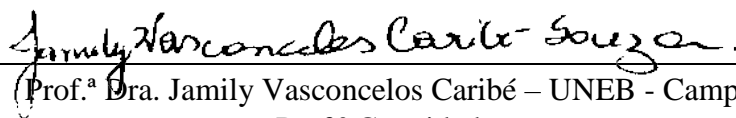
Data de aprovação: 20/07/2022

**BANCA EXAMINADORA**



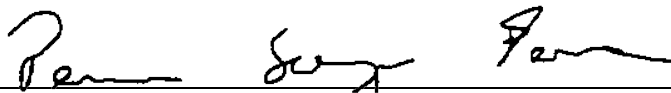
---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Vieira Mariano – UNEB - Campus V  
Orientadora



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Jamily Vasconcelos Caribé – UNEB - Campus V  
Prof.<sup>a</sup> Convidada



---

Prof.º Dr. Perminio Souza Ferreira – UNEB – Campus V  
Prof.º Convidado

## AGRADECIMENTOS

Gratidão é o sentimento que tenho para com Deus, pois ele foi essencial em todas as minhas conquistas e superações, sem ele nada seria possível!

Agradeço em especial à minha querida e amável orientadora, Profa. Dra. Luciana Vieira Mariano por depositar em mim seu tempo e confiança, que mesmo não sendo professora do meu colegiado aceitou a missão de estar ao meu lado não me fazendo desistir diante das inúmeras dificuldades que apareceram no decorrer deste trabalho. Obrigada pela motivação durante todo esse processo, você é uma excelente professora a qual tenho enorme admiração.

Agradeço também a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos. Aos meus pais, agradeço o amor, incentivo e apoio incondicional, sem vocês não teria sentido essa jornada.

Quero agradecer a minha grande amiga Juliana Silva Santos, que ao longo dos anos foi se tornando meu alicerce nesta universidade, minha dupla, minha parceira que será levada para a vida fora destas paredes também. Amiga, obrigado por todos os conselhos úteis, bem como palavras motivacionais e puxões de orelha. As risadas que compartilhei durante os momentos difíceis na faculdade e fora dela me ajudaram a passar o dia, os meses, os anos. Obrigado por tudo. Formamos hein?! Amém.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

A Educação Inclusiva tem sido um tema recorrentemente discutido nos cursos de licenciatura porque a presença de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e, dentre eles, estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma realidade cada vez mais presente nas escolas. Diante dos fatos explicitados anteriormente surge a problemática desta pesquisa: Como se dá o processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino de língua inglesa em escolas regulares? Assim, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em compreender como se dá o processo de inclusão desses alunos no ensino de língua inglesa em escolas regulares e os objetivos específicos corresponderam a realização de uma discussão acerca de questões relacionadas ao TEA, à educação inclusiva e ao ensino de língua inglesa para estudantes com autismo e à avaliação como esses professores têm planejado e ministrado suas aulas em salas com estudantes com autismo. Esse estudo foi fundamentado em Cunha (2015), Locatelli e Vagula (2009), Marchesi (2004), Mendes e Oliveira (2020), Souza (2009) e Kirst (2015) e em documentos que tratam dos direitos de pessoas com deficiência e neurodiversas. Para alcançar os objetivos acima descritos foi realizada uma Pesquisa Qualitativa onde utilizamos como procedimento a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa de Campo. Os resultados obtidos demonstram que, apesar dos professores não possuírem formação adequada para ensinar alunos com Transtorno do Espectro Autista, se mostram engajados em inserir tais alunos de forma ativa e não excludente.

Palavras chaves: Educação inclusiva, Língua Inglesa, Transtorno do Espectro Autista.

## **ABSTRACT**

Inclusive Education has been a recurrently discussed topic in undergraduate courses, because the presence of students with Special Educational Needs (SEN) and, among them, students with Autism Spectrum Disorder (ASD) is an increasingly present reality in schools. In view of the facts explained above, the central question of this research is: How is the process of including students with Autism Spectrum Disorder in English language teaching lessons being conducted in regular schools? Thus, the general objective of this research was to understand how the process of inclusion of these students in the teaching of English language in regular schools takes place. The specific objectives of the research correspond to the realization of a discussion about issues related to autism, Inclusive Education, and teaching language courses for students with autism and the evaluation of how teachers have planned and delivered their classes in classrooms with students with autism. This study was based on the writings of Cunha (2015), Locatelli and Vagula (2009), Marchesi (2004), Mendes and Oliveira (2020), Souza (2009) and Kirst (2015) on these subjects and on documents dealing with the rights of people with disabilities and neurodiversity. To achieve the objectives described above, Qualitative Research was carried out using Bibliographic Research and Field Research. The results obtained demonstrate that although teachers do not have adequate training to teach students with the Autism Spectrum Disorder, they are engaged in working with such students in an active and non-exclusive way.

**Keywords:** Inclusive education, English Language, Autism Spectrum Disorder.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</b>	<b>13</b>
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	14
<b>2 O AUTISMO E A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA</b>	<b>18</b>
2.1 NO QUE TANGE AS LEIS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS	18
2.2 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA x ESCOLA PARA MELHOR APRENDIZAGEM DO AUTISTA	20
<b>3 DESAFIOS DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NA ESCOLA REGULAR</b>	<b>24</b>
<b>4 A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA EM ESCOLA REGULAR</b>	<b>26</b>
<b>5 ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>30</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva compreender como os professores de língua inglesa incluem os alunos autistas em suas aulas nas escolas regulares. O processo de inclusão escolar deve ser feito com bastante prudência, respeitando as dificuldades, particularidades e o tempo de cada um no processo de aprendizagem, demandando, portanto, professores qualificados e especializados, bem como escola com acessibilidade e profissionais da saúde aptos a auxiliar no processo.

É preciso que a escola esteja devidamente preparada para atender às especificidades e singularidades de seus alunos, priorizando a elaboração de uma proposta pedagógica que viabilize a construção de um ambiente propício para as relações sociais diversas. Analisando estes aspectos, é imprescindível discutir também a perspectiva da inclusão de alunos autistas no ensino de Língua Inglesa em escola regular, especialmente em crianças em sua iniciação escolar.

O autismo é um transtorno no desenvolvimento que dura por toda a vida e embora as pessoas com autismo tenham três principais áreas de dificuldade em comum - dificuldade na comunicação social, dificuldade na interação social e a dificuldade com a imaginação social - essas características irão impactá-las de maneiras diferentes.

Dentro dessa perspectiva, torna-se imprescindível a inexistência de preconceitos e qualquer tipo de discriminação, pois, é sobre esses pilares que se originaliza a “escola inclusiva”, em um novo ambiente com paradigmas a serem superados, por educadores, gestão e comunidade nela inseridos.

Logo, pode-se afirmar que ensinar uma segunda língua para crianças com autismo pode ser uma forma de ajudá-las a atingir um grau mais alto de desenvolvimento, tanto no aspecto cognitivo quanto no social, visto que o estudo da Língua Inglesa pode permitir que a criança amplie sua interação. É pertinente destacar a importância da interação da escola com a família, possibilitando que a criança com autismo avance de maneira significativa no processo educacional.

A partir do seu descobrimento, na década de 40, pesquisadores estudam o autismo, também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), como uma síndrome que pode ser diagnosticada nos primeiros anos de vida, podendo afetar a linguagem, o comportamento social e comportamentos relacionados a objetos e rotinas. Há graus diferentes de autismo.

Frente a essas áreas de dificuldade nota-se que cada autista é um ser único, com peculiaridades e características próprias, por isso a criança com autismo responde a estímulos ou intervenções de modo particular, no seu tempo, necessitando de uma atenção individualizada por parte da família e comunidade escolar. Na nossa sociedade ainda há estigmas com relação às pessoas com autismo, como por exemplo, a criança pode ser vista, inclusive por educadores, como um ser inativo, sem participação considerável, principalmente no âmbito escolar.

O ensino de uma segunda língua deve ser encorajado como uma forma de ajudar no desenvolvimento do estudante com Necessidade Educacional Especial (NEE), com as adequações e adaptações necessárias, respeitando o nível e o tempo de cada um. É possível obter sucesso ao ensinar inglês para um aluno com autismo, portanto, é necessário compreender a importância da inclusão social/escolar como um processo contínuo de respeito às diferenças, destacando a eficiência da junção comunidade/escola/família numa perspectiva inclusiva, entendendo que a língua é um meio de inclusão não somente acadêmico, mas também social. O objetivo da educação de qualidade deve ser o de promover o desenvolvimento dos alunos com NEE, afluindo o respeito e desmistificando os preconceitos dos alunos que não possuem NEE.

Diante dos fatos explicitados anteriormente surge a problemática desta pesquisa: Como se dá o processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino de língua inglesa em escolas regulares?

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em compreender como se dá o processo de inclusão desses alunos no ensino de língua inglesa em escolas regulares. Para tanto buscamos responder este questionamento buscou-se discutir questões relacionadas ao TEA, à educação inclusiva e ao ensino de língua inglesa para estudantes com autismo e avaliar como esses professores têm planejado e ministrado suas aulas onde estão presentes alunos com autismo.

Para alcançar os objetivos acima descritos foi realizada uma Pesquisa Qualitativa onde utilizei como procedimento a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa de Campo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de leituras a partir da reflexão sobre o tema, coleta de informações, resumos e análise que permitiram uma organização teórica e um levantamento crítico dos estudos que se relacionados com o autismo, assim como o olhar de diferentes autores, a exemplo de Cunha (2015), Locatelli e Vagula (2009), dentre outros e de documentos como a Constituição Federal e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Para a Pesquisa de Campo utilizei como instrumento um questionário que foi transformado em um formulário por conta da dificuldade de aplicação no atual cenário de

pandemia. Esse formulário foi composto por dez (10) questões, sendo sete (7) questões objetivas e três (3) questões abertas.

Por fim, a partir dos dados coletados realizou-se a análise dos dados, detalhada como requer a abordagem de pesquisa utilizada; comparando-os com os referenciais teóricos trabalhados.

É importante reconhecer que mesmo com os avanços dos últimos anos, o ensino regular não consegue atender de maneira satisfatória alunos com deficiência, o que tem estimulado o debate sobre a escola inclusiva, pensada para o convívio e aprendizado de todos os alunos.

Piaget (2007 apud Souza, 2009) afirma que uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva a uma informação mútua e que este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades.

Marchesi (2004) nos diz que a educação não é uma tarefa que a escola possa realizar sozinha sem a cooperação de outras instituições e, a nosso ver, a família é a instituição que mais perto se encontra da escola. Sendo assim, se levarmos em consideração que família e escola buscam atingir os mesmos objetivos, devem elas comungar os mesmos ideais para que possam vir a superar dificuldades e conflitos que diariamente angustiam os profissionais da escola e também os próprios alunos e suas famílias (MENDES; OLIVEIRA, 2020; SOUZA, 2009).

Portanto, uma boa relação entre a família e a escola deve estar presente em qualquer trabalho educativo que tenha como principal alvo o aluno. A escola deve também exercer sua função educativa junto aos pais, discutindo, informando, orientando sobre os mais variados assuntos, para que em reciprocidade, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças. É importante que a família esteja engajada no processo ensino-aprendizagem. Isto tende a favorecer o desempenho escolar, visto que o convívio da criança com a família é muito maior do que o convívio com a escola (MENDES; OLIVEIRA, 2020; SOUZA, 2009).

Esse Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em cinco seções. Nessa primeira seção buscamos apresentar a justificativa dessa pesquisa e de seus elementos norteadores como o problema, o objetivo geral, os específicos e a metodologia. Na segunda seção contextualizamos o Transtorno do Espectro Autista (TEA), identificando os sinais e seu

contexto histórico. Na terceira seção tratamos da aprendizagem de língua inglesa por alunos autistas bem como o que a lei assegura como direitos destes estudantes e deveres das instituições educacionais. Na quarta seção avaliamos a progressividade do ensino e aprendizagem de língua inglesa em alunos com TEA bem como discutimos a importância do apoio familiar na ascensão destes estudantes. Na quinta seção trazemos uma análise de dados através de um questionário aplicado para professores que tenham ministrado aulas para alunos autistas em escolas regulares e, por fim, na quinta seção apresentamos nossas considerações finais.

## 1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

É importante salientar que a visão sobre a deficiência foi um processo construído historicamente. Inicialmente, a história nos mostra que as pessoas com deficiência ou neuro diversas desde os tempos mais remotos sofreram preconceitos. Como essas pessoas nem sempre eram aceitas e na sua maioria eram eliminados, isso devido à crença, pois acreditavam que os maus espíritos faziam morada nessas pessoas, por este motivo eles eram mortos, pois os mesmos poderiam tornar a todos os demais membros normais em seres “anormais”.

Mesmo com o avanço da ciência a partir do século XVII, a maior parte dessa população não tinha acesso às novas informações sobre deficiência como a sua causa e os tipos de escolarização mais adequados. O indivíduo com deficiência era visto como incapaz, tendo uma condição imutável. Essa idealização teve como consequência a omissão da sociedade em relação ao atendimento das necessidades individuais específicas dessa população.

Os primeiros movimentos pelo atendimento de pessoas com deficiência aconteceram na Europa e mais tarde expandiram-se para outros países, como o Brasil. Pedagogia dos Anormais, Pedagogia Curativa, Pedagogia Terapêutica, algumas dessas expressões eram utilizadas para se referir ao atendimento à pessoa com deficiência no atendimento educacional. Precisamente na década de 50 é que surgem as primeiras instituições voltadas para atender as pessoas com necessidades especiais. Essas entidades eram filantrópicas e segregacionistas; eram assistencialistas mais do que educativas.

Em 1978, o psiquiatra Michael Rutter classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, criando um marco na compreensão do transtorno, essa definição juntamente com a crescente produção de pesquisas científicas sobre o autismo influenciou a elaboração do manual onde o autismo é reconhecido pela primeira vez como uma condição específica e colocado em uma nova classe, a dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID).

Em 1981, a psiquiatra Lorna Wing, pesquisadora e mãe de uma criança autista, passou a defender uma melhor compreensão desse transtorno e serviços para autistas e suas famílias, ela desenvolveu o conceito de autismo como um espectro e nomeou o termo Síndrome de Asperger, em referência à Hans Asperger. Seu trabalho revolucionou a forma como o autismo era considerado.

Observando o contexto histórico, nota-se que novos critérios para o autismo foram avaliados, o avanço das pesquisas contendo diagnóstico, características, níveis, bem como observações de tratamento seja medicamentoso ou por terapia para indivíduos com TEA foi evidente, o surgimento de leis tornou-se mais que necessário para amparar os que buscam espaço e serviços que propiciem a igualdade de oportunidades.

A Lei Berenice Piana (12.764/12), sancionada em 2012, foi um marco legal relevante para garantir direitos aos autistas, determinando o acesso a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde.

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, símbolo importante na defesa da igualdade de direitos dos deficientes, do combate à discriminação e da regulamentação da acessibilidade e do atendimento prioritário.

Em 2018, o dia 02 de abril passa a fazer parte do calendário brasileiro oficial como Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu esse dia para chamar atenção da população para a importância de conhecer e tratar o transtorno, que afeta cerca de 70 milhões de pessoas no mundo todo, segundo a Organização Mundial de Saúde.

Esta breve revisão histórica nos permitiu observar os avanços relacionados à visão da sociedade em relação às pessoas com deficiência e à evolução do conceito do Autismo ao longo do tempo, à busca por diagnósticos consistentes e à luta por direitos.

## 1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Segundo o Ministério da Saúde, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo, a pessoa com esse transtorno, apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Vale ressaltar que estes comportamentos irão se manifestar de maneiras e graus diferentes em cada autista. Sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos de idade. Acredita-se que há uma prevalência maior desse transtorno em pessoas do sexo masculino.

Para alguns autistas o ato de se relacionar com outras pessoas não costuma despertar interesse, o contato visual é pouco frequente e a fala pode ser utilizada com dificuldade. A promoção de mudanças repentinas na rotina pode desenvolver a agressividade em algumas pessoas com esse transtorno. Em média 50% dos autistas apresentam graus variáveis de deficiência intelectual, outros apresentam um alto desempenho em habilidades específicas como facilidade na memorização, conhecimentos em informática, habilidades com instrumentos e aquisição de uma segunda língua, por exemplo. Explorar possíveis habilidades do autista é um bom caminho para seu desenvolvimento.

A identificação de atrasos no desenvolvimento, o diagnóstico oportuno de TEA e encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode levar a melhores resultados em longo prazo.

O autismo apresenta-se nas mais variadas características e, diante de suas variações, o termo espectro se tornou importante para ajudar a classificar uma pessoa que recebe o diagnóstico da doença, além das características já citadas existem outras características comuns como: atraso na fala nos primeiros anos de vida, indiferença ao colo, irritabilidade frequente, pouco contato visual, sensação de perturbação em ambientes diferentes ou mudança na rotina, dificuldade em interpretar expressões faciais e gestos.

Segundo Kirst (2015, p. 07), existem três áreas de dificuldades que são comuns em autistas. Elas são:

- **Dificuldade na comunicação social:** para as pessoas com transtorno do espectro autismo, a linguagem corporal pode parecer tão estranha quanto ouvir uma língua estrangeira desconhecida. As pessoas com autismo têm dificuldades com a linguagem verbal e não verbal. Muitas compreendem a linguagem de forma muito literal e acham que as pessoas sempre querem expressar exatamente aquilo que dizem. Algumas pessoas com autismo talvez não falem ou tenham uma fala bastante limitada. Geralmente entendem o que as outras pessoas lhe dizem, mas elas próprias utilizam meios alternativos de comunicação, como linguagem de sinais ou símbolos visuais.
- **Dificuldade na interação social:** as pessoas com autismo, muitas vezes, têm dificuldade em reconhecer ou compreender as emoções e sentimentos das outras pessoas, bem como expressar os seus próprios sentimentos e emoções, o que pode dificultar a sua inserção na vida social.
- **Dificuldade com a imaginação social:** a imaginação social nos permite compreender e prever o comportamento das outras pessoas, entender ideias abstratas e imaginar situações que estejam fora de nossa rotina diária imediata. Dificuldade com a imaginação social significa que as pessoas autistas têm limitações em: compreender e interpretar pensamentos, sentimentos e ações de outras pessoas; prever o que vai acontecer a seguir ou o que poderia acontecer a seguir; compreender o conceito de perigo [...]; participar de jogos e atividades imaginativos [...]; preparar-se para mudanças e fazer planos para o futuro; lidar com situações novas ou desconhecidas.

Essas informações sobre as características do autismo são muito importantes para um professor, de modo que ele possa entender melhor como trabalhar em determinadas atividades e situações.

Devido à quantidade de características variadas que o autismo pode apresentar, o diagnóstico não é simples. Por isso, é fundamental que seja feito um diagnóstico precoce e de maneira adequada para que a pessoa com autismo tenha menos impactos em sua vida pessoal, social e em seu processo de aprendizagem.

Atualmente o autismo é compreendido como um Transtorno Global do Desenvolvimento, caracterizado como sendo uma desordem neurológica que compromete o indivíduo em seu desenvolvimento social pleno:

O termo autismo origina-se do Grego *autós*, que significa “de si mesmo”. Foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço E. Bleuler, em 1911, que buscava descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia (CUNHA, 2015, p. 20).

Apesar das limitações que essas crianças podem ter, elas são capazes de aprender e adquirir uma língua; entretanto, os professores devem ter em mente que elas irão adquirir isso em seu próprio ritmo, de acordo com o grau de comprometimento e mesmo a linguagem adquirida poderá possuir peculiaridades. Vale salientar que, para o processo de desenvolvimento das habilidades das crianças com autismo ocorrer de fato, o apoio familiar, acompanhamento especializado e a junção entre família e escola são imprescindíveis.

A Classificação Internacional de Doenças (CID – 11), em vigor em janeiro de 2022 apresenta uma revisão atualizada com informações diagnósticas do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), essas alterações impactam a vida de quem está no espectro bem com daqueles que cuidam de alguém com desenvolvimento atípico, possibilita também o acesso a tratamentos de qualidade.

Na CID 11, os diagnósticos de autismo passam a fazer parte dos Transtornos do Espectro do Autismo (6A02), que podem ser identificados da seguinte forma:

- 6A02.0 – Transtorno do espectro do autismo sem deficiência intelectual e com comprometimento leve ou ausente na linguagem funcional
- 6A02.1 – Transtorno do espectro do autismo com deficiência intelectual e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional
- 6A02.2- Transtorno do espectro do autismo sem deficiência intelectual e com linguagem funcional prejudicada
- 6A02.3 – Transtornos do espectro do autismo com deficiência intelectual e com linguagem funcional prejudicada

- 6A02.4 – Transtorno do espectro do autismo sem deficiência intelectual e com ausência de linguagem funcional
- 6A02.5 – Transtorno do espectro do autismo com deficiência intelectual e com ausência de linguagem funcional
- 6A02.Y – Outro transtorno do espectro do autismo especificado
- 6A02.Z – Transtornos do espectro do autismo não especificado.

Com esta nova classificação o que antes era classificado como Síndrome de Asperger passa a ser classificado como Transtorno do Espectro Autista e nesse documento surgem classificações mais descritivas quanto à presença ou não de deficiência intelectual e de prejuízo na linguagem.

É comum que muitos autistas relatem incômodo com parte da sociedade que insiste em reduzir seu espectro em uma lista de sintomas. É importante salientar que diagnósticos são importantes para direcionar as práticas necessárias, porém não descrevem quem é aquela pessoa. Cada ser é único, independentemente de ter algum transtorno.

## 2 O AUTISMO E A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA

Estudar os aspetos relacionados com o autismo é necessário para que a educação das crianças autistas possa ser de fato efetivada. Esse capítulo tem como objetivo mostrar alguns dos principais objetivos da escola inclusiva, bem como algumas reflexões sobre o tema que estão diretamente ligadas ao contexto escolar brasileiro bem como mostrar as principais características da escola inclusiva no que concerne ao ensino da língua inglesa para alunos autistas.

### 2.1 NO QUE TANGE AS LEIS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Atualmente cresce o número de documentos nacionais e internacionais que defendem a inclusão no âmbito escolar e social. É neste contexto, que esta pesquisa busca contribuir significativamente para as discussões relacionadas a uma educação consolidada, que contemple o sujeito como um todo, tendo este, educação de qualidade.

É importante nos conscientizarmos que a busca por uma educação inclusiva é um processo histórico, que tem por base um direito constitucional, isto é, a promulgação da Constituição Federal de 1988, que cataloga não só o bem de todos, sem qualquer tipo de preconceito, mas também, a garantia ao direito de igualdade e educação. Uma vez que esta Educação seja inteiramente voltada ao sujeito, ela deve prepará-lo para o mercado de trabalho e ao exercício pleno da sua cidadania.

No que tange às leis educacionais brasileiras, é possível ressaltar que a promulgação da Constituição Federal de 1988, já nos dá subsídios suficientes para repensarmos como educadores a educação brasileira e buscar nos cursos de formação práticas pedagógicas, subsídios para mudarmos o cenário atual, pois, não é concebível nos dias atuais uma educação não inclusiva. E referente à educação inclusiva, pode-se afirmar que atualmente ainda é possível detectar que um dos principais problemas neste segmento, é que a educação inclusiva é baseada no modelo de direitos, e não no modelo social, implicando que o sistema deveria adaptar-se à criança, não a criança ao sistema, mas não é essa a realidade presente nas escolas nos dias atuais.

Com as várias reformulações ocorridas na educação brasileira, pode-se afirmar que a Resolução n.2/2001, em que designou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na

Educação Básica, representou um progresso formidável na perspectiva da heterogeneidade na educação brasileira, sendo a seguinte indicação no seu Art. 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, n.p.).

No que se refere à realidade das escolas brasileiras que programam o processo de inclusão escolar, embora apontem alguns avanços, a realidade ainda é bem diferente do que se propõe na legislação, e requer muitas discussões referentes à temática que aponta para o tema.

O capítulo V da Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - define que a rede regular de ensino deve oferecer educação para alunos com deficiência, assegurando atender as suas necessidades com técnicas e recursos educativos adequados. A educação inclusiva pressupõe que os educandos devem se apropriar de todos os conhecimentos disponíveis na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluindo matérias da língua inglesa, logo a inclusão do estudante com TEA (Transtorno do Espectro Autista) nas aulas de LI (Língua inglesa) se faz necessária.

A Língua Inglesa é uma importante ferramenta no desenvolvimento da aprendizagem, ela coopera com a formação de um cidadão tornando-o capaz de se relacionar com diferentes culturas e sociedades, e pode, também, proporcionar melhores perspectivas educacionais igualitárias.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da Língua Estrangeira (1998, p. 38) ressaltam que:

O papel educacional da Língua Estrangeira é importante, desse modo, para o desenvolvimento integral do indivíduo, devendo seu ensino proporcionar ao aluno essa nova experiência de vida. Experiência que deveria significar uma abertura para o mundo, tanto o mundo próximo, fora de si mesmo, quanto o mundo distante, em outras culturas.

Isso nos mostra a importância da Língua Inglesa como componente curricular na educação de todos os estudantes, inclusive de estudantes com autismo.

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA x ESCOLA PARA MELHOR APRENDIZAGEM DO AUTISTA

A família é um dos primeiros momentos de socialização do ser humano, atuando muitas vezes com muita influência na vida do indivíduo, ela é vista como sistema responsável pela transferência de valores, ideais, crenças, causando um impacto significativo principalmente nas crianças que funcionam como esponjas em suas fases iniciais e podem aprender facilmente diferentes formas de ver o mundo e construir relações. O comportamento, a capacidade de adaptação às situações por vezes são reflexo das experiências familiares interferindo de forma subjetiva nas interações sociais.

O conceito de família mudou muito nos últimos tempos, a família está diretamente ligada às atitudes comportamentais da criança. Na maioria das vezes, a influência que os pais exercem sobre os filhos é inconsciente e, acabam por influenciar em seus comportamentos que podem ser vistos na forma de falar, de tratar as pessoas, de enxergar o mundo (MOSCHINI; SCHMIDT, 2019; PAULINO, 2020).

É por meio das interações familiares que acontecem as transformações nas sociedades que, ao seu modo, influenciarão as relações futuras e os diferentes ambientes da sociedade. A criança aprende desde cedo no seu ambiente familiar que o afeto é um sentimento muito bom e importante. Elas sentem-se felizes quando seus pais lhes mostram afeto e isso faz com que elas, ao longo de sua trajetória, seja em casa, na escola ou no seu meio social, criem sua própria identidade sobre a afetividade. A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas, mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho (ANTUNES, 2003; MOSCHINI; SCHMIDT, 2019; PAULINO, 2020).

A família do indivíduo com autismo possui papel decisivo na iniciação e no seu desenvolvimento educacional, pois a exclusão social pode fazer com que os pais atrase o início da vida escolar de seus filhos devido aos entraves criados por escolas que se dizem incapacitadas de incluir e acolher tais estudantes, mesmo sendo contra lei rejeitar uma pessoa portadora de necessidades especiais como consta no Art. 208 da Constituição Federal:

Qualquer escola, pública ou particular, que negar matrícula a um aluno com deficiência comete crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos (Art. 8º da Lei nº 7.853/89).

O retrato visto em relatos de pais ativos pela busca da educação de qualidade para seus filhos com necessidades especiais fere a constituição bem como os direitos dos autistas. Independentemente da situação financeira, a matrícula de crianças autistas nas escolas pode ser frustrante, mesmo com o direito à educação assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) onde é proposto que as pessoas com deficiência devem ser inseridas preferencialmente no ensino regular.

Ser persistente e ter o conhecimento das leis que garantem os direitos aos autistas são tarefas fundamentais para que a família faça valer a inclusão do indivíduo autista na unidade escolar, direito negado muitas vezes por consequência de um pensamento estereotipado de que o autista não aprende na rede regular de educação e que lugar do autista é no ensino especializado.

A família pode colaborar de maneira muito especial para o desenvolvimento do autista na escola, principalmente fornecendo aos profissionais da educação as informações sobre os pontos positivos e negativos no comportamento e comunicação do aluno. É necessário que a família incentive, questione, visite e interaja com a escola e com o indivíduo fora do ambiente escolar, estimulando a prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.

A escola é um ambiente libertador para os seus usuários, para que os alunos possam ser capazes de ultrapassar suas realidades e cabe ao corpo docente fazer com que esta liberdade rompa fronteiras. Na Constituição Federal de 2008, no artigo 205 (Brasil, 1988) diz:

Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (C.F Artigo 205, pág. 121).

A educação é um direito reconhecido e neste contexto a parceria entre escola e família, sem dúvida, é indispensável na construção do saber. Com participação ativa dos pais na escola e com o entendimento da responsabilidade de todos, é possível desenvolver capacidades e despertar para o trabalho coletivo e necessário, buscando o aprendizado de qualidade e ambiente ideal para o estudante, seja ele com necessidades especiais ou não.

Diversos autores defendem a parceria família/escola, pois esta junção trás inúmeros benefícios na iniciação e continuação da aprendizagem do jovem principalmente de alunos autistas.

Segundo Boechat (2003), a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais, priorizando uma reflexão sobre sua função social, suas tarefas e papéis na

sociedade contemporânea. Uma das tarefas mais importantes, embora difícil seja preparar tanto os alunos quanto professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e conflitos interpessoais. Os pais precisam acompanhar seus filhos na escola, nas atividades, conhecer também suas amizades, para então poder exercer seu papel responsável de disciplina e cuidado sobre eles (SANTOS, 2015; SOUZA, 2009).

De acordo com Leite (2011 apud Santos, 2015), quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas. Assim, pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua. Tassoni (2011 apud Mendes; Oliveira, 2020) tem a mesma linha de raciocínio e conclui que a participação dos pais na carreira escolar das crianças é sim, imprescindível; mas, ao mesmo tempo, é necessário que este envolvimento seja um envolvimento de qualidade - ressaltando que o essencial é a qualidade do tempo em que os pais se envolvem com a escola e não apenas a quantidade de tempo em que eles fazem isso (MENDES; OLIVEIRA, 2020; SANTOS, 2015; VARANI; SILVA, 2010).

A escola precisa estar apta para receber também os pais de crianças com NEE, afim de melhor incluí-los atendendo suas especificidades. As crianças com necessidades educacionais recebidas frequentemente em escolas municipais e regulares são: pessoas com deficiência físicas, visuais e auditivas, síndrome de Down, epilepsia, paralisia cerebral, TEA, dentre outras (SILVA; ALVES; FERREIRA, 2021).

A participação da família do aluno com NEE é crucial no processo de inclusão e indispensável para que ele possa construir-se pessoalmente e participante da sociedade. No que se refere ao papel da família no processo de inclusão. A Declaração de Salamanca (1994, p. 02) menciona que é imprescindível que os educadores:

[...] encorajem e facilitem a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisões concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.

Esse documento também afirma que:

[...] ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores

e profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 05)

A Declaração de Salamanca enfoca a necessidade da constante comunicação entre família e profissionais da escola para alcançar um nível de qualidade que garanta o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais possibilitando ganhos educacionais a todos os estudantes em classe.

Não existe uma fórmula exata para se efetivar a relação entre escola e família, pois cada um é formulado em determinado contexto. Por tanto a interação família/escola se faz necessário para que ambas conheçam suas realidades e construam uma relação de diálogo, buscando meios para que se concretize essa parceria, apesar das dificuldades e diversidades que as envolvem. O diálogo promove uma maior aproximação e pode ser o começo de uma grande mudança no relacionamento entre a Família e a Escola.

Em vista disso, é que destacamos a necessidade de uma parceria entre Família e Escola, visto que, apesar de cada uma apresentar valores e objetivos próprios no que se refere à educação de uma criança, necessita uma da outra e, quanto maior for à diferença maior será a necessidade de relacionar-se (ALMEIDA *et al.*, 2021; DESSEN; POLONIA, 2007; SOUZA, 2009).

Porém, é importante ressaltar que nem a escola e nem a família precisam modificar a forma de se organizarem, basta que estejam abertos à troca de experiências mediante uma parceria significativa. A escola não funciona isoladamente, faz-se necessário que cada um dentro da sua função, trabalhem buscando atingir uma construção coletiva, contribuindo assim, para a melhoria do desempenho escolar das crianças (ALMEIDA *et al.*, 2021; MENDES; OLIVEIRA, 2020; MOSCHINI; SCHMIDT, 2019; SOUZA, 2009).

### 3 DESAFIOS DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NA ESCOLA REGULAR

Desde o ano 2011, o inglês foi introduzido no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). No entanto, a principal queixa dos professores se refere ao nível do conteúdo, sendo muito elevado para os alunos. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o inglês é obrigatório no currículo escolar a partir do sexto ano, entretanto, os alunos chegam sem nunca ter tido inglês antes, dificultando o trabalho dos professores trazendo o dilema de qual nível de conteúdo ensinar, pois se optar pelo nível mais básico acabará atrasando os alunos que já detém algum conhecimento e se ensinar um conteúdo mais elevado, estará “abandonando” os alunos que não possui conhecimento algum.

O atraso no sistema educacional brasileiro é notório e trazendo para a língua inglesa torna-se gritante, os professores têm entraves como turmas muito grandes, aulas com tempo insuficiente, material didático atrasado, falta de recursos tecnológicos na escola, massificação do verbo To Be, entre outros, logicamente, não se pode generalizar, pois existem iniciativas, ainda que raras nas esferas pública e privada para reverter tal situação. Porém, o retrato geral é esse.

O baixo nível de aprendizado na língua inglesa está muito associado ao fato de que os alunos estudam para passar nas provas e não para dominar o conteúdo, muitos educandos sinalizam que aprender outro idioma está distante de suas realidades visto que não tem recursos para viagens nem almejam trabalhos onde necessitaria do idioma. Muitos pais/responsáveis de alunos autistas acreditam que o espectro não possibilita o aprendizado de seus filhos, privando-os de uma educação completa com uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento e conhecimento.

Há um grande desafio para os professores que é fazer com que os alunos tenham igualdade de oportunidades para o acesso à cultura e ao mercado de trabalho. Prover uma formação integral ao aluno, no mundo globalizado, inclui o aprendizado da língua inglesa, não somente no conhecimento da estrutura verbal da língua, mas sim na possibilidade de comunicação.

A educação é uma das maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista. Através da educação o aluno pode aprender tanto matérias acadêmicas quanto atividades do cotidiano. A aprendizagem de alunos autistas não é fácil inclusive na aquisição de uma segunda língua, contudo fica evidente que, estes discentes podem alcançar uma vida mais independente e com qualidade.

Por isso, para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educativo, a escola deve pensar na adequação do contexto e pensar primordialmente que não existem apenas salas de aulas inclusivas, mas sim escolas inclusivas. Por isso, é necessário que a escola crie uma rotina de situação no tempo e no espaço como estratégias de adaptação e desenvolvimento desses alunos.

Sendo assim, faz-se necessário que a escola repense sua prática pedagógica para melhor atender a singularidade de seus alunos, o que a obriga a uma parceria com a família, de forma a atingir seus objetivos educativos. É importante que a escola busque estreitar suas relações com a família em nome do bem-estar do aluno. Por outro lado, a família também se sente mais segura quando é orientada mais de perto pelos profissionais da escola (ALMEIDA et al., 2021; DESSEN; POLONIA, 2007; SOUZA, 2009).

#### **4 A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA EM ESCOLA REGULAR**

A educação inclusiva constitui-se num processo de inserção de todos os sujeitos independentemente de suas particularidades no ensino regular, e para isto, é necessária com urgência a reestruturação da cultura, da prática e das políticas públicas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. Ela se caracteriza por princípios que visam à aceitação das diferenças individuais, a valorização da contribuição de cada pessoa, a aprendizagem através da cooperação e a convivência dentro da diversidade.

Um dos maiores desafios pautados para ensinar inglês para crianças com autismo é a dificuldade que alguns desses alunos possam ter com a comunicação e, como já citado no capítulo anterior, o autismo é uma síndrome que compromete a comunicação do aluno e pode privá-lo da interação com os demais.

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam NEE na escola, mas apoiar a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Não basta aceitar esses alunos, a unidade escolar precisa de toda uma estrutura adaptada, para atendê-los e para isso é necessário que professores sejam capacitados, profissionais para apoio pedagógico, psicólogo e práticas pedagógicas inclusivas. De acordo com Locatelli e Vagula (2009, p. 06):

[...] investir na formação irá facilitar a implementação da proposta de educação inclusiva, a qual envolve toda uma preparação do professor que, com base nas dificuldades e diferenças do alunado, buscará novas formas de ensinar e de aperfeiçoar seu trabalho em sala de aula.

Em consonância com este aspecto inclusivo, Cunha (2015, p. 52) complementa afirmando que:

O trabalho na escola estabelece impreterivelmente a ação. A ação move os corações bem mais do que as teorias. Não se constroem os movimentos de aprendizagem somente com a qualidade das nossas ideias, mas, principalmente, com o valor das nossas ações.

Para que o professor de língua inglesa insira o aluno autista em suas aulas é de suma importância que conheça este aluno, entre em contato com a família, com os profissionais externos que o atende, pois, a maioria dos docentes não têm um conhecimento maior das dificuldades e da maneira como esse aluno se comporta/pode se comportar e também é

fundamental conhecer as principais questões que envolvem esse transtorno. A falta de preparo não é desculpa para rejeitar o indivíduo autista.

É necessário que diante da dificuldade de ministrar aula para estudantes com TEA, o professor reconheça que essa pode ser a consequência de um déficit em sua formação inicial. Esse professor deve então buscar informações sobre esse conteúdo em uma formação complementar, pós-graduação e/ou através do contato com profissionais que já conheçam os desafios que esse transtorno pode acarretar em sala de aula visto que a inclusão faz parte da legislação brasileira e sendo assim, todo professor, deve se preparar para esse processo.

Victoria Honeybourne, especialista no ensino de língua estrangeira, possui diagnóstico da síndrome de Asperger e assegura que o aprendizado de idiomas foi de grande valia em seu desenvolvimento. Honeybourne (2016) relata que enquanto adolescente aprendendo idiomas pôde aprender mais sobre o funcionamento da comunicação, das habilidades de conversação, além de várias normas sociais e culturais.

A autora argumenta ainda que o aprendizado de línguas disponibiliza benefícios para os estudantes no espectro do autismo, em especial no ensino médio, quando não se tem tantas oportunidades para desenvolver habilidades de comunicação. Segundo ela, para potencializar o aprendizado de alunos autistas em sala de aula de línguas estrangeiras é imprescindível que as aulas sejam dinâmicas e interessantes, principalmente a partir do uso de diferentes linguagens. E exemplifica: dramatizações são formas divertidas e legítimas (desde que adequadas para a idade) de aprender sobre habilidades de comunicação social em outra cultura e linguagem, além de oportunidades de discutir e explorar essas mesmas habilidades na língua materna.

Pesquisas demonstram que crianças bilíngues têm maior potencial de desenvolvimento da função executiva, de habilidades de comunicação e habilidades sociais do que seus pares monolíngues. Além disso, aulas de língua estrangeira oferecem oportunidades para aprender habilidades de conversação e outras habilidades específicas de fala, como entonação, volume e ritmo, muitas vezes necessários para crianças, adolescentes e jovens com TEA.

A tecnologia está, cada vez mais, inserida no ambiente escolar e familiar, contribuindo para possibilitar uma melhor qualidade ao ensino. De uma forma avassaladora nos últimos anos, em especial no contexto pandêmico, a tecnologia esteve/está fornecendo recursos que possibilitam a independência e a autonomia dos alunos independente de terem algum impedimento físico, mental ou intelectual, otimizando assim as possibilidades desses estudantes. Neste contexto, Moresi (2018), afirma que os dispositivos tecnológicos contribuem para o aprendizado e para a participação independente na vida escolar e, também,

na vida social dos alunos. Para tanto, o professor poderá fazer uso das tecnologias de forma adaptada, segundo seus interesses e as necessidades de seus alunos.

Em relação ao ensino de língua inglesa o uso da tecnologia traz um vasto cardápio de opções de atividades que podem ser desenvolvidas em classe e atividade extraclasse onde o aluno pode exercitar e revisar, fixando todo conteúdo aprendido. Dicionários online, filmes animados, aplicativos e sites como Liveworksheets e Wordwall onde o professor tem a autonomia de criar a atividade de maneira interativa, conforme desejar e disponibilizar o link para os alunos pode vir a ser utilizados de maneira adaptada para alunos com o espectro autista e utilizados pelos outros discentes em classe também.

Atividades que estimulem o alunado promovendo o interesse e a descoberta pode ser feita usando recursos visuais como: letras do alfabeto em português e inglês, fazer leituras de manchetes ou histórias com assuntos/temas que o aluno se interessa aumentando assim o conhecimento de novas palavras, é importante incentivar que o aluno autista se expresse ajudando-o a construir e desenvolver base para competências sociais, emocionais e intelectuais. Faz-se necessário que o professor trabalhe recursos para desenvolver o movimento corporal do discente com teatro, fantoches, tudo pensado de acordo com a idade dos educandos. A aprendizagem será efetiva se a proposta despertar o interesse dos alunos. Um adequado planejamento pedagógico motiva o alunado à aprendizagem.

Independente do diagnóstico e da área de ensino, é fundamental que o professor, em parceria com a equipe escolar, a família e o próprio estudante, busque identificar os interesses e as habilidades de cada um dos alunos a fim de planejar estratégias pedagógicas mais inclusivas e efetivas para sua aprendizagem. O papel do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental para um melhor funcionamento da turma e aprendizado do aluno autista inserido nela.

Visando o desenvolvimento do aluno autista nas aulas regulares de LI, torna-se necessário um professor auxiliar capacitado participando das aulas, contribuindo para um aprendizado eficaz dos educandos inclusos na classe, pois para um único professor regente de turma ter condições de atender de forma plena o aluno autista em aulas regulares é complexo. Os estudantes com NEE têm direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em se tratando do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a construção de um plano de AEE é fundamental para abarcar as necessidades individuais do aluno bem como dinamizar seu aprendizado, a função do AEE é eliminar barreiras para que o estudante tenha uma participação plena em prol de sua autonomia dentro e fora das aulas regulares. Com o AEE a

possibilidade de um profissional de apoio em sala é real, resultando em um aprendizado de qualidade para o aluno autista.

É fundamental o uso de metodologias apropriadas e da criação de um ambiente de sala de aula que envolva o aluno com autismo e que o encoraje a querer desenvolver gradativamente as novas descobertas da língua em questão. Dessa forma entende-se que:

A criança com autismo é capaz de aprender, como as outras crianças, entretanto, faz-se necessária a utilização de técnicas [...] considerando as características do modo de ser e estar [...] dessa criança (COSCIA, 2010, p. 01).

Por tanto, o sucesso na aquisição da língua inglesa de alunos com autismo decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas, transposição didática e da formação continuada dos docentes na busca de uma educação plena.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

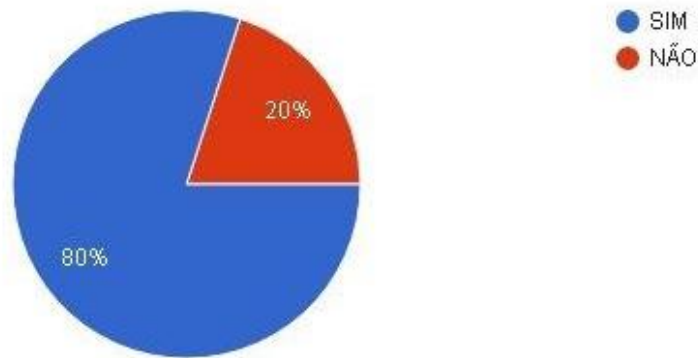
A aplicação desse questionário somente para professores atuantes na rede de ensino justifica-se pela necessidade de compreendermos o entendimento dos docentes acerca do tema e assim conhecer a realidade da inclusão de discentes autistas no ensino regular na disciplina de língua inglesa. Cada pergunta foi elaborada e pensada para obter respostas acerca da relevância de uma educação inclusiva e de sua importância.

Assim, para obter as respostas referentes a esse estudo foi realizada uma pesquisa de campo com professores de escolas regulares do município de Santo Antônio de Jesus no primeiro semestre de 2022. Os participantes responderam a um formulário composto por 10 questões que tratavam do conhecimento do professor sobre a inclusão de estudantes com autismo nas aulas de língua inglesa no ensino regular.

Cerca de 86,7% das respostas são de professoras do gênero feminino e 13,3% são do gênero masculino, todos os participantes têm idade entre 20 e 50 anos com tempo de experiência entre 01 e 20 anos. Esses profissionais possuem graduação em áreas como Pedagogia, bem como licenciatura em Letras Vernáculas, Letras com inglês, Geografia e todas trabalham ou já trabalharam com crianças autistas, pois o objetivo central desta pesquisa é saber seu papel no processo de inclusão educacional de crianças com TEA. Os profissionais foram chamados de Professor 1, Professor 2, Professor 3, Professor 4, Professor 5, Professor 6, Professor 7, Professor 8, Professor 9, Professor 10, Professor 11, Professor 12, Professor 13, Professor 14 e Professor 15.

**GRÁFICO 01: EM SUA PRÁTICA DOCENTE VOCÊ MINISTRA OU JÁ MINISTROU AULA EM SALAS QUE TINHAM ALUNOS COM TEA?**

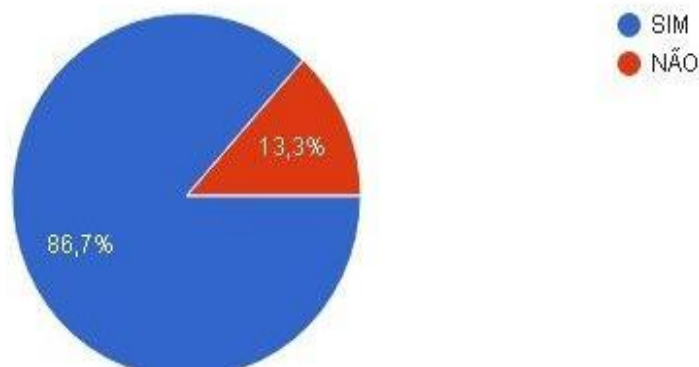
15 respostas



Fonte: Pesquisa realizada em 2022.1.

**GRÁFICO 02: VOCÊ POSSUI CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E/OU EDUCAÇÃO INCLUSIVA?**

15 respostas

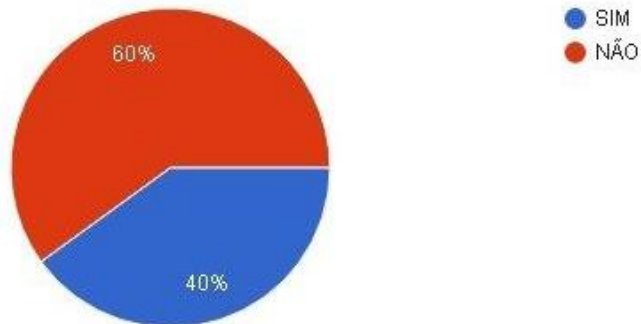


Fonte: Pesquisa realizada em 2022.1.

Analisando os gráficos 1 e 2 é possível observar que a grande maioria dos professores, cerca de 80%, os docentes já prepararam e aplicaram aulas para alunos com TEA e assim acreditam ter conhecimento sobre o tema educação inclusiva, contudo no Gráfico 3, apresentado a seguir, os docentes em questão não dominam práticas inclusivas específicas do ensino de língua inglesa para os discentes autistas frequentadores de suas aulas.

**GRÁFICO 01: VOCÊ ACREDITA TER CONHECIMENTOS SUFICIENTES PARA INCLUIR UM ALUNO AUTISTA EM SUAS AULAS DE INGLÊS?**

15 respostas



Fonte:  
Pesquisa  
realizada  
em  
2022.1.

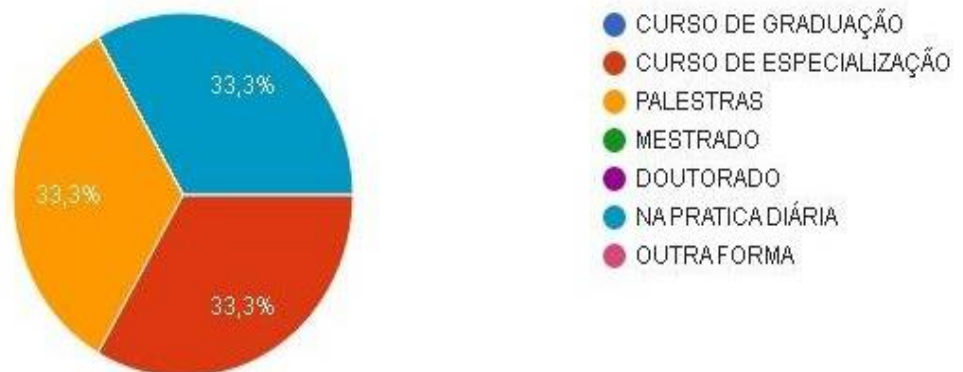
N

ota-se

que a maioria, cerca de 60% dos educadores, professores de língua inglesa que responderam ao formulário não se sentem capacitados para incluir um aluno autista em suas aulas. Fica evidente assim o déficit na formação desses entrevistados.

**Gráfico 4: CASO VOCÊ POSSUA, ONDE OBTIVE ESSE CONHECIMENTO?**

9 respostas



Fonte: Pesquisa realizada em 2022.1.

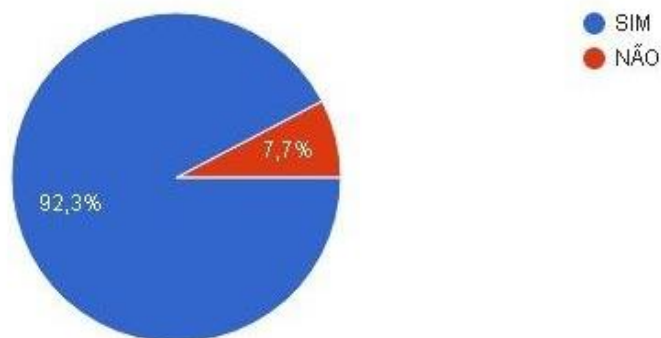
O gráfico 4 evidencia uma estatística preocupante, mas real em diversas escolas brasileiras. Os estudantes graduandos de uma Universidade em sua grande maioria não têm em sua grade curricular matérias exclusivas para o ensino de práticas educativas inclusivas,

onde estratégias de ensino e aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais seriam fundamentais para preparar os futuros educadores a realidade das salas de aulas nas escolas brasileiras. O que se vê são educadores que tentam especializar-se para atuar da melhor forma com alunos com necessidades educacionais especiais e professores que aprendem no dia a dia em sala como lidar com alunos autistas e suas particularidades.

Torna-se, dessa forma, necessária uma mudança na elaboração das grades curriculares dos cursos de licenciatura, que inclua na formação inicial matérias específicas onde o aluno possa aprender a trabalhar com estudantes com NEE e a (re)conhecer a importância de que esse trabalho seja realizado em equipe com os profissionais especializados, família e a comunidade escolar para melhor assistir e incluir esses alunos no ambiente escolar.

**Gráfico 5: CASO TENHA MINISTRADO AULAS PARA ALUNOS COM AUTISMO EM SUA CLASSE, VOCÊ PRIORIZA/PRIORIZOU EM SUAS AULAS INCLUIR ESSES ALUNOS?**

13 respostas



**Fonte: Pesquisa realizada em 2022.1.**

Analisando os cinco gráficos expostos é notório que a falta de conhecimento mais profundo não impede que esses profissionais realizem um trabalho inclusivo em sala, visto que 60% dos entrevistados não consideram ter conhecimentos suficientes para incluir alunos autistas no ensino de uma língua estrangeira, mas ainda assim 90% afirmam que priorizam incluir esses alunos em suas aulas.

De fato, incluir deve partir da vontade de inserir, agrupar, cada um com suas particularidades, mas inseridos no mesmo ambiente de forma igualitária, pois como afirma Mantoan Prieto e Arantes (2006, p. 40): “A educação inclusiva se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada”.

O questionário contou com três perguntas discursivas onde os professores puderam opinar acerca da inclusão do aluno autista em sala.

**TABELA 1: EM SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA UM PROFESSOR INCLUIR UM ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM SUAS AULAS?**

Professor 1	Criar uma rotina segura, respeitar o espaço desse aluno, adaptar as atividades para que ele participe.
Professor 2	Lúdico, planejamento didático, objetivos.
Professor 3	Criar e manter uma rotina, promover uma adaptação ao ambiente, evitar ruídos altos em sala de aula, usar os interesses da criança na sala, não fazer diferenciações de conteúdos e promover atividades coletivas.
Professor 4	Primeiro ele precisa ter alguma formação na área e sempre adaptar a aula ao aluno e não adaptar o aluno a aula. Sempre dar suporte ao aluno.
Professor 5	Estudar o estatuto da pessoa com deficiência para estar ciente dos direitos inclusivos da criança, além de possuir formação e outras especializações, saber como cuidar do aluno, pois ele necessita de um atendimento e um acolhimento diferenciado.
Professor 6	Conhecer o histórico médico do aluno e ver as dificuldades contando com a ajuda de um cuidador para o aluno.
Professor 7	Ter suporte de auxiliares e recursos de jogos, imagens e vídeos.
Professor 8	Ter capacitação, ou curso na área.
Professor 9	Respeito, aceitação, inclusão, paciência e profissionalismo.
Professor 10	Que tenha conhecimento na área; tenha laudo de especialistas; tenha apoio de AEE.
Professor 11	O professor tem que saber como trabalhar com o aluno e tem que ter ajuda na sala. Sozinho não tem como. Com ajuda todos conseguem trabalhar e dar o seu melhor.
Professor 12	Primeiro o professor necessita ter formação na área para fazer as práticas com propriedade e fazer da maneira certa o processo de aprendizagem do aluno, dando suporte da melhor forma.
Professor 13	Estudo do estatuto, direitos dos deficientes, formas de inclusão. Quanto mais adquirir conhecimento sobre o aluno, melhor.
Professor 14	Conhecer a equipe médica que acompanha o aluno e criar planos de aula pra incluir o aluno e ter um AEE com o aluno em sala.
Professor 15	Em minha opinião, o professor deve conversar com os pais, ver o nível de autismo do aluno para daí construir seu planejamento incluindo o aluno com TEA nas suas aulas. É muito importante observar o aluno e seu comportamento antes de fazer as aulas e serem aplicadas.

**Fonte: Pesquisa realizada em 2022.1.**

É visível o conhecimento sobre os princípios básicos da educação inclusiva por parte dos professores, onde os mesmo relatam requisitos necessários para a inclusão de alunos autistas como a formação continuada dos professores, a coparticipação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os direitos dos deficientes, acesso ao histórico médico do aluno, bem como planejamento adequado. Neste pressuposto, Nogueira (2000, p. 36) destaca:

[...] que os currículos de formação de professores, em sua grande maioria, possuem reduzida carga horária com informações sobre alunos com necessidades educacionais especiais, tornando-se desta forma difícil, senão impossível, que os professores consigam identificar e trabalhar eficientemente com estes alunos em suas salas de aula.

Os professores já possuem um conhecimento prévio sobre educação inclusiva, em sua maioria já trabalharam com alunos com necessidades educacionais especiais na prática mesmo não tendo aparato teórico necessário para tal prática. É necessário preparar os professores para se obter o resultado esperado na inclusão de alunos com TEA, desta forma, os professores poderão só poderão seguir evoluindo nesta conduta inclusiva se estiverem convenientemente preparados.

Dando sequência análise, ao solicitar os professores com relação ao seu ponto de vista sobre o benefício para a comunidade escolar na inclusão de alunos com TEA em sala, as respostas foram:

**TABELA 2: EM SUA OPINIÃO, A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM CLASSES DE ESCOLAS REGULARES É BENÉFICO PARA A COMUNIDADE ESCOLAR? DE QUE FORMA?**

Professor 1	Como forma de aprender a respeitar as diferenças e também de aprender com esses alunos. Contudo, nossas escolas ainda não estão adaptadas a trabalhar com especificidades.
Professor 2, 7 e 15	Sim.
Professor 3	O convívio entre alunos com e sem deficiência favorece o desenvolvimento intelectual e emocional de todos e inclusive valoriza mais as diversidades e mostra menos preconceito.
Professor 4	A escola é feita para atender as diversidades dos alunos e nesse sentido ela passa a respeitá-los.
Professor 5	Com toda certeza, pois a interação social durante o período escolar trará uma humanidade inclusiva além de aprendizado e ensinamentos para gerações posteriores.
Professor 6	Sim. Todos devemos ser dignos de uma educação e alunos com TEA podem fazer muitas coisas ao seu modo
Professor 8	Sim. As escolas regulares têm que ser vistas e tem que ser inclusivas. A inclusão para esses alunos é fundamental tanto na vida deles como para a comunidade escolar.
Professor 9	Sim, de forma que o aluno com TEA seja acolhido e incluído nas atividades escolares e na sociedade.

Professor 10	Sim. Aceitando conviver com a diferença.
Professor 11	Sim. Quando recebemos os diferentes, aprendemos um convívio mútuo e recíproco.
Professor 12	É bom porque desde cedo as crianças aprendem sobre a diversidade e inclusão.
Professor 13	A escola é feita para atender as diversidades dos alunos. Assim ela passa a respeitá-los, ela e todos que estão inseridos.
Professor 14	É muito benéfico. A interação social durante o período escolar trará uma humanidade inclusiva, além de aprendizado e ensinamentos para toda turma.

**Fonte: Pesquisa realizada em 2022.1.**

Observa a partir dos resultados expostos nessa Tabela 02 que os professores entendem que incluir alunos autistas nas aulas em escolas regulares é benéfico para o desenvolvimento do aluno com TEA, pois é através dessa interação que os mesmos evoluem e é através dessa interação que toda comunidade escolar pode compreender que cada ser humano tem suas particularidades e aprender também a partir das experiências em sala a conviver em sociedade, almejando sempre um olhar igualitário em todos os âmbitos. De acordo com Cunha (2014, p. 100): “[...] não podemos pensar em inclusão escolar, sem pensarmos em ambiente inclusivo, inclusivo não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas”.

Logo, entende-se que planejar atividades pedagógicas diferenciadas para alunos com autismo é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho que possa alcançar de maneira mais acertada as habilidades deste aluno, contudo é necessário planejar atividades considerando que esse aluno é parte integrante de um grupo de alunos onde o aluno com TEA têm a oportunidade de conviver de forma mais direta com os outros colegas de classe, interagindo, desenvolvendo a oralidade e trocando experiências. É necessário o relacionamento social do alunado com toda diversidade vivida pela escola e os professores de inglês também são responsáveis por estimular esse convívio.

**TABELA 3: DESCREVA AS SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO APRENDIZADO DE ALUNOS AUTISTAS NA AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA**

Professor 1	A depender do grau do autismo, esses alunos têm uma grande facilidade de aprendizagem das línguas estrangeiras. Às vezes preferindo até se comunicar na língua alvo do que na materna. Há uma facilidade maior na comunicação oral do que em fazer algumas atividades propostas, é necessário adequar o tipo de atividade. Tem trabalhos que eles desenvolvem melhor individualmente do que em grupo.
-------------	---

Professor 2	Para fazer a inclusão e garantir o aprendizado de todos, os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre aluno e docente, gestores escolares, família e profissionais de saúde que atendam às crianças com necessidades educacionais especiais.
Professor 3	É muito válido esse estudo para os alunos, pois eles aprendem no seu tempo. Além de o professor precisar ter atenção específica com estes alunos e ter sensibilidade na elaboração das aulas e atividades de forma que consiga atingir cada um desses alunos
Professor 4	O estudo de uma língua estrangeira é primordial na educação para o aprendizado cognitivo e também para uma futura inserção no mercado de trabalho. Para crianças autistas o aprendizado dependerá do seu grau e como o professor terá que se adequar a isso
Professor 5	É muito difícil ensinar inglês ou qualquer matéria para um autista com grau grave, mas quando o autista tem um grau mais leve ele pode aprender inglês mais rápido do que os alunos sem necessidade especial.
Professor 6	É muito válido ensinar uma nova língua para esses alunos, lembrando que eles aprendem no seu tempo, além de ter a ciência de que o professor tem que adaptar as aulas para atingir cada um desses alunos, tem que ter sensibilidade.
Professor 7	O estudo de uma língua estrangeira é primordial na educação para o aprendizado cognitivo e também para uma futura inserção ao mercado de trabalho. Cada aluno tem seu grau de aprendizagem e o professor tem que atentar/adequar a isso.
Professor 8	Não tenho domínio, mas toda forma de desenvolvimento para o autista é positiva. Lembrando que cada aluno tem sua forma de progresso.
Professor 9	Interesse, principalmente se trabalhar com música.
Professor 10	Eu acredito ser muito importante, pois muitos têm uma grande afinidade com inglês e falam inglês desde muito cedo.
Professor 11	Os alunos com TEA gostam de novidades, de coisas que chamem a atenção dele, claro que no seu tempo. A língua inglesa é sempre novidade para eles, o professor sabendo incluir esses alunos nas suas aulas de inglês, usando métodos didáticos que ajude os alunos a se interessarem pela aula, faz dá certo e eles aprendem. É possível que alunos com TEA tenham conhecimento sobre uma segunda língua, o inglês.
Professor 12	Acredito que o aprendizado seja de forma lenta e gradativa, por ser uma língua diferente, mas que sendo transmitida de modo adequado tenha um bom resultado.
Professor 13, 14 e 15	Não conheço situações ligadas a este aspecto.

**Fonte: Pesquisa realizada em 2022.1.**

Analisando as respostas apresentadas pelos professores entrevistados e corroborando com autores como Kirst (2015), Vygotsky (1996) e Cunha (2015), pode-se afirmar que ensinar uma segunda língua para pessoas com autismo pode ser uma forma de ajudar no seu desenvolvimento, pois na aquisição de uma nova língua elas exercitam a capacidade de memória, concentração e comunicação, interferindo positivamente no seu aspecto social e cognitivo.

É importante ressaltar mais uma vez que cada autista tem características específicas, cada um desenvolve-se e evolui de forma diferente. Consequentemente, o aprendizado

também é adquirido em diferentes ritmos. Em relação ao ensino de língua estrangeira para crianças com autismo, Silveira, Santos e Silva (2015) afirmam que, para que isso seja possível, professores qualificados são necessários, uma vez que os alunos com TEA podem apresentar problemas de aprendizagem.

Dessa forma, a gestão escolar deve garantir uma equipe de profissionais preparados e uma estrutura escolar adequada para receber os alunos conforme todo o processo inclusivo propõe, cabe ao professor perceber as facilidades e dificuldades de seu aluno para poder elaborar aulas e atividades que possam melhorar a forma com que ele aprende.

O estudo de uma língua estrangeira em especial da língua inglesa permite que o indivíduo autista interaja com as pessoas ao seu redor e com a mediação da escola e da família, o aluno com TEA pode avançar de maneira significativa no processo educacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme menção realizada na introdução desse trabalho, o seu objetivo geral consistiu em compreender como se dá o processo de inclusão de alunos com TEA no ensino de Língua Inglesa em escolas regulares.

O TEA caracteriza-se pela apresentação de dificuldades nas áreas de comunicação, interação e comportamentos restritos e repetitivos e frente a essas áreas de dificuldade nota-se que cada autista é um ser único, que deve ser assistido de forma individualizada por uma equipe multidisciplinar em busca da melhor forma de ensino-aprendizagem para tal indivíduo.

Tendo em vista todos os direitos adquiridos através de lutas travadas desde a descoberta desde o transtorno até os tempos atuais, o indivíduo com TEA ainda sofre preconceitos e tenta fazer valer a garantia de seus direitos fundamentais e o direito a uma educação efetivamente inclusiva faz parte da luta.

O Art. 58º da LDB estabelece: “A educação especial como modalidade de educação escolar precisa ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para o educando com necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p. 31).

O professor, especialmente o professor de inglês, deve ser capaz de incluir o estudante com TEA, não apenas inserindo-o de qualquer forma, mas oferecendo uma educação de qualidade, cumprindo com o princípio de inclusão que é fornecer educação para todos, sem distinção (UNESCO, 1994).

A inclusão do autista em sala de aula em escolas regulares é um direito garantido por lei e, em concordância com a literatura, o convívio social contribui para o desenvolvimento do autista.

A pesquisa bibliográfica demonstrou que para que o processo inclusivo aconteça de maneira eficaz é necessário o trabalho de todos os profissionais no ambiente escolar bem como a participação ativa da família do aluno que precisa do atendimento educacional especializado.

Fica evidente no decorrer da pesquisa que para a inclusão do estudante com TEA em sala de aula é necessária a adoção de adaptações e estratégias diferenciadas e que tal ato é benéfico para todos, contudo, a aprendizagem de alunos autistas pode não ser fácil e na aquisição de uma segunda língua não é diferente. Para que esse aluno desenvolva suas habilidades e tenha progresso no seu aprendizado, é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educativo, de forma

que o sistema educacional deve pensar na formação continuada dos professores e investir verdadeiramente em quem transmite o conhecimento e não tem seu devido reconhecimento e incentivo.

Na pesquisa realizada com os professores de inglês observamos que ainda que nenhum desses docentes tenha tido uma formação continuada relacionada à inclusão do aluno com TEA subsidiada pela instituição que lecionam ou algum outro tipo de apoio para além da própria vontade, eles acreditam que a inclusão é um direito de todos e que é de suma importância na formação e desenvolvimento do indivíduo e tem se esforçado para incluir esses estudantes em suas aulas. Tendo em vista a falta de conteúdos relacionados à essa inclusão em seus cursos de formação inicial, foi satisfatório vê-los responder de forma positiva em relação a inclusão de estudantes com TEA em suas aulas.

Com base no que foi pesquisado, observado, analisado e apresentado fica evidente que há um grande desafio a ser superado na educação inclusiva, o despreparo dos professores da rede de ensino regular para trabalhar com alunos com NEE que vão desde a falta desse conteúdo nos cursos de graduação até a falta de apoio psicológico e psicopedagógico nas escolas.

É imprescindível frisar que a relação família e escola é de grande importância, pois através da comunicação entre elas é possível promover a troca de informações sobre o aluno, bem como analisar a progressividade de seu aprendizado.

Por fim, nota-se que apesar dos avanços legislativos sobre a educação inclusiva, bem como o reconhecimento da importância da língua inglesa enquanto instrumento de desenvolvimento para estudantes com TEA, ainda são diversas as dificuldades no processo de inclusão de alunos autistas em escolas regulares e nas aulas de inglês.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. A. et al. A influência da família no processo de aprendizagem escolar. In: **Educação Infantil: as contribuições da educação no processo de desenvolvimento da criança.** SP: Científica Digital, 2021. p. 21–31.
- ANTUNES, K. C. V. **Uma leitura Sociológica da construção do espaço escolar à luz do paradigma da Educação Inclusiva.** 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- AUTISMO, As características do. **Multmed.** 2021. Disponível em: <https://www.grupomultimed.com.br/blog/multidicas/caracteristicas-do-autismo/>. Acesso em: 20 nov.2021.
- AUTISMO E REALIDADE. **O que é Autismo?** Marcos Históricos. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Estrangeira, 5 a., 8 a., séries.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.
- COSCIA, M. R. **As intervenções do professor na aprendizagem de crianças com autismo no Ensino Fundamental I.** Disponível em: [www.crda.com.br/tccd/47.pdf](http://www.crda.com.br/tccd/47.pdf). Acesso em: 14 maio 2021.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 6. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2015.
- GOLÇALVES, R.M. **A necessidade de incentivar a aprendizagem da língua inglesa desde a infância.** Revista Don Domênico. Periódico de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico. Ano 2009, n.2. Disponível em: [http://www.faculdadedondomenico.edu.br/revista\\_don/artigo2\\_ed2.pdf](http://www.faculdadedondomenico.edu.br/revista_don/artigo2_ed2.pdf). Acesso em: 11 mai. 2021.
- KIRST, Nelson (Org.). **O que é autismo e como reconhecê-lo.** São Leopoldo: Oikos, 2015.
- LOCATELLI, Adriana Cristine Dias; VAGULA, Edilaine. **Fundamentos da Educação especial: pedagogia.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1999.
- MINISTERIO DA EDUCACAO. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MOREIRA, C. J. M. **Política Pública de Educação Inclusiva: entre o ideal legal e o real existencial no cotidiano escolar.** In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. Anais do Simpósio, 2011.

Moresi, E. A. D. (2018). **Tecnologia Assistiva e Autismo.** Memórias de la Octava Conferencia Iberoamericana de Complejidad, Informática y Cibernética (CICIC). <https://www.iiis.org/CDs2018/CD2018Spring/papers/CB032HE.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

MOSCHINI, R.; SCHMIDT, C. **Relações entre família, escola e a inclusão de pessoas com autismo.** Universidade Federal de Santa Maria, 2019. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/02/RELA%C3%87%C3%95ES\\_ENTRE\\_FAM%C3%8DLIA\\_ESCOLA\\_E\\_A\\_INCLUS%C3%83O\\_DE\\_PESSOAS\\_COM\\_AUTISMO.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/02/RELA%C3%87%C3%95ES_ENTRE_FAM%C3%8DLIA_ESCOLA_E_A_INCLUS%C3%83O_DE_PESSOAS_COM_AUTISMO.pdf). Acesso em: 21 mar. 2022.

NOGUEIRA, Raimundo Augusto. **Mudanças na sociedade contemporâneas.** Mundo Jovem. São Paulo, n°. 123, fev. 2002.

PAULINO, J. C. L. **A relação entre pais e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno.** TCC. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 21 mar. 2022.

PCN, **Estratégias Para A Educação De Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais,** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.

RABÊLLO, RS. A formação continuada do professor de arte na perspectiva de uma educação inclusiva. In: DÍAZ, F., *et al.*, orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 347-355.

RUTTER, Michael. (1968). **Concepts of autism: a review of research.** Journal of Child Psychology and Psychiatry, 9(1), 1-25.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WORD HEALTH ORGANIZATION. **Autism spectrum disorders.** Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 1 mar. 2022.

WORD HEALTH ORGANIZATION. **Autism spectrum disorders.** Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http://id.who.int/icd/entity/437815624>. Acesso em: 1 mar. 2022.